

BOLETIM INFORMATIVO

DA COMISSÃO DE ÉTICA DA AGU

EDITORIAL

Prezadas e prezados colegas da Advocacia-Geral da União

O mês de agosto foi marcado por relevantes acontecimentos no âmbito da Comissão de Ética. A Presidente da Comissão participou de eventos institucionais da Advocacia-Geral da União, reafirmando o compromisso da instância com a disseminação da cultura ética e com o fortalecimento das práticas de integridade no serviço público.

Nesse mesmo período, registrou-se importante marco normativo: a publicação do Decreto nº 12.540, de 30 de junho de 2025, que promoveu alterações na estrutura regimental da AGU e integrou formalmente a Secretaria-Executiva da Comissão de Ética ao Gabinete do Advogado-Geral da União. A medida reforça a centralidade da pauta ética na atuação institucional e contribui para maior alinhamento das iniciativas voltadas ao aprimoramento da governança pública.

Agosto foi também um mês de celebrações e reflexões importantes. Além do Dia do Advogado, que recorda o papel essencial da advocacia na defesa do Estado Democrático de Direito e na missão da AGU de proteger o interesse público, o período também destacou a campanha Agosto Lilás. Para marcar a data, a presidente da Comissão de Ética, Mariana Cruz Montenegro, realizou entrevista com a Procuradora Federal Camila Gomes Peres, que trouxe valiosas contribuições sobre prevenção ao assédio sexual e moral e sobre a promoção da equidade de gênero.

Por fim, destaca-se a previsão de abertura de Processo Seletivo Simplificado (PSS) para a escolha do novo Secretário-Executivo da Comissão de Ética, o que representa mais um passo na consolidação de uma gestão ética participativa, transparente e comprometida com os valores institucionais.

Boa leitura!

Secretaria-Executiva da Comissão de Ética da AGU

DESTAQUES

A Presidente da Comissão de Ética da AGU participa da Rede GIRC (Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos)



- Foto: Washington Costa

A Rede GIRC (Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos) promoveu, na quinta-feira do dia 14/8/2025, no auditório térreo do Bloco K, um painel de debates sobre o tema “Você é mais do que Sei... Inteligência Artificial, Ética e Inovação na Burocracia Pública”. O debate marcou a 52ª edição da Rede GIRC e abordou ética, governança e inovação na inteligência artificial, discutindo seus impactos, desafios e aplicações no setor público, bem como riscos à sociedade, às modificações provocadas nos relacionamentos interpessoais e consequências ao trabalho.

O painel foi mediado pela presidente da Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União (AGU), Mariana Cruz Montenegro, e participaram a ministra substituta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Edilene Lôbo; o diretor de Segurança e Prevenção de Riscos no Ambiente Digital da Secretaria Nacional de Direitos Digitais do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Ricardo de Lins e Horta; e a professora e advogada Patrícia Peck.

A mediadora Mariana Cruz Montenegro destacou a importância de refletir sobre o papel humano diante da tecnologia e ressaltou a necessidade de colocar a perspectiva humana no centro das decisões tecnológicas. “O tema ‘Você é mais do que Sei’ é bastante instigante. Para quem é do serviço público, é impossível não lembrar do SEI, o Sistema Eletrônico de Informações, que transformou a burocracia digital com processos eletrônicos. Mas também sei, no sentido do verbo ‘saber’, nos lembra que os sistemas não apenas registram o que fazemos, eles aprendem com o que fazemos. Por trás de qualquer sistema, há gente, há pessoas. A tecnologia não é boa ou má por si só; é o desenvolvimento e o uso dela que definem seu impacto. O olhar feminino precisa estar presente no desenvolvimento e na regulação da inteligência artificial, para que a IA sirva ao Estado e à sociedade sem se tornar um controle absoluto”, disse. Ao abordar os desafios da inteligência artificial no setor público, Patrícia Peck destacou a importância de alinhar a inovação tecnológica com princípios éticos, governança e transparência. Para ela, a IA oferece potencial para acelerar a aprendizagem e disseminar conhecimento, mas também impõe riscos se não for regulamentada e

monitorada adequadamente. “Estamos vivendo uma realidade em que a inteligência artificial não é apenas uma ferramenta, mas um agente que interage com o ser humano e com o Estado. Se não for treinada e orientada dentro de regras éticas e valores claros, ela pode gerar resultados desastrosos. Por isso, precisamos de uma combinação de legislação, diretrizes de melhores práticas e transparência, garantindo que a tecnologia sirva ao cidadão e fortaleça a governança pública, sem substituir o julgamento humano”.

A ministra substituta do TSE, Edilene Lôbo, trouxe um olhar crítico sobre o impacto social da inteligência artificial, refletindo sobre governança, responsabilidade e a necessidade de avaliação cuidadosa das consequências das tecnologias no setor público. “O olhar crítico sobre a tecnologia é essencial. Precisamos analisar como a inteligência artificial é implementada e usada, garantindo que sirva à sociedade de forma ética, responsável e transparente. É fundamental que as decisões tomadas com o apoio de sistemas inteligentes mantenham o ser humano no centro, preservando valores como justiça, equidade e integridade. A tecnologia não substitui o julgamento humano, mas deve ser usada para fortalecer a governança pública e melhorar os serviços prestados à população, sempre com atenção às implicações éticas e sociais de cada inovação” pontuou. O diretor da Secretaria Nacional de Direitos Digitais do MJSP, Ricardo de Lins, destacou os desafios éticos e técnicos dos sistemas de IA, especialmente em aplicações sensíveis como o reconhecimento facial. “Muitos desses sistemas de inteligência artificial funcionam como uma caixa preta, até seus próprios criadores não sabem exatamente como chegam aos resultados. É por isso que precisamos de regras claras e valores bem definidos para o uso da tecnologia, garantindo transparência, proporcionalidade e respeito aos direitos fundamentais. A ética na IA não é abstrata; ela se manifesta nos resultados e nas decisões que afetam diretamente a sociedade, e nossa missão é assegurar que esses sistemas atuem de forma responsável e segura”. Ao final das apresentações, os convidados responderam às dúvidas dos participantes e dos telespectadores que assistiam ao evento pelo YouTube.

Sobre a Rede

A Rede GIRC é uma rede colaborativa aberta, instituída em 2017, com o objetivo de disseminar boas práticas e promover debates sobre os temas de Governança, Integridade, Gestão de Riscos e Controles Internos no setor público. Atualmente, é formada por cerca de 1.200 profissionais de diversas organizações do setor público.

(conteúdo disponível em: <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2025/agosto/rede-girc-debate-etica-governanca-e-inovacao-da-inteligencia-artificial-no-setor-publico>, texto com adaptação)

A Presidente da Comissão de Ética da AGU participa do evento Caravanas da Inovação



- Foto: Emanuelle Sena/ AscomAGU

A Presidente da Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União (AGU), Mariana Cruz Montenegro, participou do projeto Caravanas de Inovação, no dia 20/08/2025. O evento buscou reunir e compartilhar experiências na área de automação e tecnologia junto as advocacias públicas.

Considerado um dos maiores projetos de inovação aberto do país, as Caravanas buscam experiências de procuradorias estaduais e municipais que já dão os primeiros passos em direção a temas como Inteligência Artificial (IA), automação de processos e métodos disruptivos de gestão. É o caso do Estado do Paraná, que já é conhecido por ter cidades que se enquadram no conceito de Smart Cities, como Curitiba, com seu sistema de transporte público inovador e gestão de resíduos, ou Londrina, com investimentos em tecnologia aplicada ao campo.

Segundo o coordenador das Caravanas de Inovação, Bruno Portela, a passagem do projeto pelo Paraná é quase natural, dado o ecossistema de inovação do Estado. “Aqui encontramos instituições e fundações que trazem fomento à pesquisa e à inovação e que trabalham com políticas modernas de incentivo”, explica Portela. “Nossa ideia é trabalhar o compartilhamento de conteúdo e de serviços entre as advocacias públicas e, mais que isso, encarar os desafios reais do dia a dia de todas as procuradorias”, explica o coordenador, sobre a natureza das Caravanas, que seguem em Curitiba até sexta-feira (22/8), ministrando palestras, workshops e desafios de inovação.

A cerimônia de lançamento das Caravanas de Inovação, realizada no Paraná, também foi marcada pela assinatura de termo de cooperação técnica entre a Advocacia-Geral da União e a Procuradoria-Geral do Estado do Paraná para a cessão do uso do Sistema de Inteligência Jurídica da AGU, o Sapiens, que este ano ganhou sua nova versão para utilização em nuvem, o Super Sapiens.

Essa ferramenta, totalmente desenvolvida pela AGU, automatiza a triagem e distribuição de documentos, atende a mais de 100 mil usuários e permite uma gestão desterritorializada do trabalho. O Paraná já utilizava o Sapiens, mas apenas na primeira versão.

(conteúdo disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/curitiba-inicia-etapa-presencial-das-caravanas-de-inovacao>, texto com adaptação)

DESTAQUES

Grupo de Trabalho para avaliação do nível de maturidade em integridade pública nas unidades de integridade da Advocacia-Geral da União

A Comissão de Ética da AGU integra o Grupo de Trabalho para avaliação do nível de maturidade em integridade pública nas unidades de integridade da Advocacia-Geral da União - Grupo de Trabalho em Integridade, por determinação da PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 191, DE 13 DE AGOSTO DE 2025.

A competência do Grupo de Trabalho em Integridade inclui identificar experiências que possam contribuir para a elaboração do plano de integridade da Advocacia-Geral da União 2025-2027, a exemplo do Modelo de Maturidade em Integridade Pública - MMIP, da Controladoria-Geral da União; analisar instrumentos de implementação de planos de integridade existentes nas Funções Essenciais à Justiça; elaborar relatório sobre o diagnóstico do nível de maturidade em integridade pública nas unidades de integridade da Advocacia-Geral da União; e propor plano de ação para que as unidades de integridade da Advocacia-Geral da União possam adotar as providências cabíveis para mitigação dos riscos de integridade identificados a partir do diagnóstico mencionado no inciso III deste artigo.

Para acessar a portaria, clique no link abaixo:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-normativa-agu-n-191-de-13-de-agosto-de-2025-648305769>

DESTAQUES

Alterações na Estrutura Regimental da AGU

Com a publicação do Decreto nº 12.540, de 30 de junho de 2025, que trata da reorganização da Estrutura Regimental da Advocacia-Geral da União (AGU), foram implementadas mudanças relevantes na estrutura organizacional do órgão.

Entre as inovações, destaca-se a integração formal da Secretaria-Executiva da Comissão de Ética ao Gabinete do Advogado-Geral da União, reforçando a centralidade e a relevância das ações voltadas à promoção da ética e da integridade no âmbito institucional.

A medida representa um passo importante para o fortalecimento da governança, contribuindo para a consolidação de práticas administrativas mais transparentes, responsáveis e alinhadas à missão constitucional da AGU como função essencial à Justiça.

Para acessar a portaria, acesse o endereço eletrônico abaixo:

<https://www.gov.br/agu/pt-br/comunicacao/noticias/agu-renova-estrutura-para-reforcar-atuacao-em-defesa-da-democracia/decretoagu.pdf>

DESTAQUES

Entrevista: Agosto Lilás – Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e Moral, com foco no Assédio contra Mulheres e na Equidade de Gênero

O mês de agosto é marcado pela campanha Agosto Lilás, dedicada à conscientização sobre o enfrentamento à violência contra a mulher e à promoção da equidade de gênero. Nesse contexto, a Comissão de Ética promoveu entrevista com a Procuradora Federal Camila Gomes Peres, que trouxe reflexões relevantes acerca da prevenção e do combate ao assédio sexual e moral, especialmente no ambiente de trabalho.



Camila Gomes Peres é Procuradora Federal desde 2007, com ampla trajetória na Advocacia-Geral da União. Atualmente, exerce a função de Coordenadora do Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e Moral da Procuradoria-Geral Federal (PGF) e integra o Comitê AGU sem Assédio. Atua também na Procuradoria Federal junto ao INSS (PFE/INSS) como Coordenadora de Prevenção de Litígios. Sua formação e experiência refletem sólida atuação no serviço público: é Especialista em Gestão Pública pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, possui certificação em Compliance Anti-Corrupção pela LEC Certification Board, e é instrutora da Escola da Advocacia-Geral da União. Entre as funções que já desempenhou, destacam-se os cargos de Secretária de Controle Interno da AGU, Secretária de Controle Interno Adjunta da AGU, Assessora do Advogado-Geral da União Substituto, Coordenadora de Modernização das Atividades Correcionais, além de outras posições estratégicas de gestão e na área jurídica da administração pública federal.

Em sua fala, a entrevistada ressaltou a importância do Agosto Lilás como momento de reafirmar o compromisso institucional voltado à construção de ambientes de trabalho mais éticos, inclusivos e igualitários. Vejamos a seguir o conteúdo da entrevista realizada junto à Comissão de Ética da AGU:

Agosto Lilás e ética institucional

O que significa o Agosto Lilás e de que forma ele se conecta com os princípios da ética e da integridade dentro da Administração Pública?

“O Agosto Lilás é um mês dedicado a nos lembrar da necessidade permanente de enfrentamento da violência contra a mulher, que ainda atinge índices alarmantes no nosso país. Essa violência pode assumir diversas formas – física, política, de gênero, sexual e moral – e ocorre

em diferentes contextos, inclusive no ambiente de trabalho. Todo trabalhador tem direito a um ambiente laboral livre de violência e assédio, premissa já afirmada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2019 e ratificada pelo Brasil.

Esse compromisso é essencial para a observância dos princípios da ética e da integridade que orientam o serviço público. Prevenir e enfrentar a violência e o assédio significa proteger a dignidade da pessoa humana e assegurar que a Administração Pública atue baseada em valores como respeito, transparência e moralidade. Quando esse tipo de comportamento é tolerado, as consequências são gravíssimas: danos físicos, psicológicos, sociais e profissionais às vítimas, além de impactos diretos na produtividade, no clima organizacional e na qualidade da entrega ao cidadão. Ademais, afeta a credibilidade da instituição perante a sociedade e corrói a cultura de respeito que deve nortear o serviço público. Em suma, o assédio não é apenas uma violação individual, mas uma ameaça à integridade institucional como um todo.”

Assédio sexual x assédio moral

Assédio moral consiste em condutas abusivas, repetidas e prolongadas, que têm por objetivo humilhar, constranger ou desestabilizar emocionalmente uma pessoa ou um grupo de pessoas. Ainda que sem intenção deliberada, provoca degradação do ambiente ou das relações por meio de humilhação, constrangimento ou sofrimento. É uma violação à dignidade e à integridade psíquica ou física da vítima. Exemplos: chacotas relacionadas a características pessoais, punições vexatórias, imposição de tarefas em regime de urgência sem necessidade, isolamento da vítima, ausência deliberada de atribuições ou atribuição desproporcional de tarefas.

Assédio sexual corresponde a condutas de conotação sexual que ofendem a dignidade, a liberdade, a privacidade ou a intimidade sexual da vítima. Não depende de consentimento expresso, tampouco exige repetição: um único ato já configura o assédio, mesmo que o favorecimento sexual não se concretize. Independente do sexo ou da orientação sexual da vítima. Exemplos: sugerir que determinada pessoa será promovida em troca de ato sexual; tentar beijar ou beijar alguém sem consentimento.

Como podemos diferenciar assédio moral de assédio sexual? E por que é tão importante compreender essa diferença no ambiente de trabalho?

“O assédio moral viola a integridade psicológica, emocional e profissional, enquanto o assédio sexual atinge a liberdade e a dignidade sexual, além da intimidade da vítima. O assédio moral caracteriza-se pela repetição e continuidade, enquanto o assédio sexual pode se configurar em um único ato.

Em termos de responsabilização, no serviço público, o assédio sexual é considerado conduta gravíssima e a única penalidade cabível é a demissão. Já o assédio moral pode ensejar advertência, suspensão ou demissão, a depender da gravidade. Ambos, além de infrações disciplinares, podem configurar crime.

Compreender adequadamente essas diferenças é essencial para que cada tipo de assédio receba medidas preventivas adequadas, possibilite a responsabilização correta e assegure o apoio mais apropriado às vítimas.”

Impactos do assédio

Quais os principais impactos do assédio, especialmente contra mulheres, para a vítima, para a instituição e para a cultura organizacional?

“O assédio traz impactos profundos em diferentes níveis. Para a vítima, afeta a saúde psicológica, podendo causar baixa autoestima, depressão, queda de concentração e memória, além de ideação suicida. Gera danos sociais, prejudicando as relações pessoais e profissionais; danos físicos, como distúrbios, dores e agravamento de doenças; e danos profissionais, com perda de produtividade, erros e até abandono do trabalho.

Especialmente para as mulheres, que são as principais vítimas — mais de 95% dos casos de assédio sexual, segundo a CGU, e grande parte dos casos de assédio moral, relacionados a gravidez, amamentação e maternidade — o assédio representa uma barreira invisível ao pleno desenvolvimento profissional e um obstáculo à equidade de gênero. Ele perpetua desigualdades históricas, limita oportunidades de liderança e desestimula a participação plena nos espaços

de decisão. Pesquisas indicam que metade das mulheres já sofreu assédio no trabalho e, a cada seis, uma pede demissão por não suportar essa forma de violência.

Para a instituição, o assédio gera riscos jurídicos, danos à imagem, perda de produtividade, aumento de doenças ocupacionais e acidentes, alta rotatividade e enfraquecimento da confiança interna. Já para a cultura organizacional, instala um ambiente de medo e silêncio, perpetua desigualdades de gênero, compromete a inovação e contradiz os princípios de ética e integridade que devem orientar o serviço público.”

Iniciativas da AGU e do Programa de Prevenção

Poderia compartilhar como o Programa de Auxílio à Prevenção e Combate ao Assédio Sexual da PGF/AGU tem atuado e quais avanços já podem ser percebidos?

“A PGF/AGU tem desempenhado papel de protagonismo e vanguarda na prevenção e enfrentamento ao assédio sexual e moral. O Programa começou em 2019, como projeto temporário, e tornou-se permanente em 2022. Desde então, realizou importantes entregas:

- produziu parecer que consolidou o entendimento de que o assédio sexual é conduta gravíssima e deve ser punida com demissão, conferindo maior segurança jurídica;
- catalisou a institucionalização da política de prevenção e enfrentamento ao assédio no serviço público federal ao contribuir para a edição da MP nº 1.140/2022, convertida na Lei nº 14.450/2023, marco legal do enfrentamento ao assédio;
- disponibilizou trilha de capacitação completa na EVA e ENAP, que já conta com mais de 42 mil inscritos e 26 mil servidores certificados;
- promoveu assessoramento e disseminação de boas práticas em cursos, palestras e seminários, para autarquias e fundações, capacitando mais de 6.000 servidores desde 2023;
- elaborou materiais orientativos, inclusive em Libras, como o Guia sobre a Lei nº 14.450/2023 e a Cartilha de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual no serviço público federal,

disponíveis na página do programa no site da AGU (<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/procuradoria-geral-federal-1/prevencao-e-enfrentamento-ao-assedio-sexual>);

- participa do Comitê AGU sem Assédio e sem Discriminação, contribuindo para a expansão da política de enfrentamento para toda a instituição.”

Equidade de gênero com desafio ético

Quais são os maiores obstáculos para alcançarmos a equidade de gênero nas instituições públicas?

“Vivemos em uma sociedade marcada por profundas assimetrias de gênero, perpetuadas por fatores culturais: estereótipos, vieses inconscientes, crenças limitadoras e discriminação. Em um contexto machista e patriarcal, tais fatores se traduzem em barreiras invisíveis ao desenvolvimento pleno das mulheres. O assédio sexual e moral é um dos maiores entraves ao ingresso e permanência das mulheres no trabalho, situando-se no topo de um iceberg de violência, no qual estão submersas micro violências naturalizadas ou toleradas na nossa cultura. Por isso, devemos nos convidar a olhar com maior profundidade para estes fatores.

Até 1962, havia barreiras legais explícitas à participação feminina no mercado de trabalho. Somente com o Estatuto da Mulher Casada a mulher deixou de depender da autorização do marido para trabalhar. Apesar dos avanços, persiste um condicionamento social que associa ao homem papéis de autoridade e poder e à mulher a responsabilidade pelo lar e cuidados. Por isso, ao tomar decisões ou emitir julgamentos, é fundamental questionar se não estamos sendo conduzidos por estereótipos e vieses.

No ambiente de trabalho, alguns comportamentos oriundos do machismo são recorrentes e prejudicam a autoconfiança e saúde laboral das mulheres. Por serem tão comuns, foram nominados:

- *Manterrupting: quando um homem interrompe constantemente a fala de uma mulher, impedindo-a de concluir seu raciocínio.*

- *Gaslighting: abuso psicológico que leva a mulher a duvidar de sua percepção, memória e sanidade, com frases como “você está louca” ou “está exagerando”.*
- *Propriating: apropriação de ideias de mulheres por homens, que recebem os créditos.*
- *Mansplaining: quando um homem explica algo óbvio ou da vivência de uma mulher, partindo da premissa de que ela não entende.”*

O papel da Comissão de Ética

Na sua visão, qual é o papel das Comissões de Ética no fortalecimento da prevenção e no enfrentamento de situações de assédio e discriminação?

“As Comissões de Ética têm papel fundamental ao promover a cultura de ética e integridade, atuando de forma preventiva e educativa. Mais do que analisar condutas, elas orientam, disseminam valores e fortalecem um ambiente organizacional baseado no respeito, na moralidade e na integridade, pilares

indispensáveis para um serviço público de confiança e livre de assédio e de violência.”

Mensagem final

Que mensagem você deixaria para servidores e servidoras da AGU sobre o compromisso coletivo de construir ambientes de trabalho mais respeitosos, inclusivos e livres de assédio?

“É fundamental que todos tenham a consciência de que a integridade institucional se sustenta em atitudes cotidianas de respeito, diálogo e responsabilidade. Aplicar a todos um tratamento justo e respeitoso e incentivar as boas relações no trabalho, com respeito à diversidade, são premissas indispensáveis para consolidarmos uma cultura ética e integradora. Prevenir e enfrentar o assédio não é apenas proteger vítimas, mas reafirmar os valores que orientam a nossa missão pública: dignidade, moralidade, transparência e equidade. A construção de ambientes de trabalho mais respeitosos, inclusivos e livres de assédio depende do compromisso de cada um de nós, servidor e servidora da AGU.”

Ao trazer esse tema para o espaço de diálogo institucional, a Comissão de Ética reafirma sua missão de fomentar uma cultura organizacional pautada pelo respeito, pela dignidade e pela integridade das relações de trabalho. Discutir o enfrentamento ao assédio e a equidade de gênero em um boletim informativo não apenas amplia a conscientização dos servidores e colaboradores, como também fortalece a prevenção de condutas antiéticas, favorecendo a criação de ambientes mais justos e igualitários.

3º Seminário Ética em Ação recebeu Rita Von Hunty para reflexões sobre diversidade, inclusão e pertencimento



No dia 2 de setembro, a Fundação Casa de Rui Barbosa realizou o 3º Seminário Ética em Ação, com o tema “Diversidade, Inclusão e Pertencimento”. A conferência foi conduzida por Rita Von Hunty, crítica cultural, professora, pesquisadora, colunista e educadora popular.

O encontro propôs uma reflexão sobre como diferenças sociais historicamente foram utilizadas para estruturar desigualdades no Brasil, conduzindo o público a debates que apontam para um horizonte emancipatório. A iniciativa integrou as ações da Comissão de Ética da FCRB, fortalecendo o compromisso da instituição com os valores da ética pública, da integridade e da construção de práticas que promovem a diversidade e a inclusão.

O evento aconteceu de forma presencial, no auditório da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, e contando com intérprete de Libras, garantindo maior acessibilidade ao público. A atividade também foi transmitida ao vivo pelo canal da Fundação no YouTube (@canalfcrb).

Link da transmissão: <https://www.youtube.com/@canalfcrb>

Comissões de Ética da AGU e do Banco Central realizam reunião conjunta



Banco Central (Foto: Luiz Kessler)

A Comissão de Ética do Banco Central reuniu-se no mês de agosto com a Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União (AGU) com o objetivo de promover diálogo e esclarecer aspectos relacionados à Portaria Normativa que aprovou o novo Código de Ética da AGU.

O encontro ocorreu no contexto do processo de revisão do Código de Conduta do Banco Central, iniciativa que busca alinhar as normas internas aos mais elevados padrões de integridade e responsabilidade. A reunião representou uma oportunidade relevante para o compartilhamento de experiências e boas práticas entre as instituições, reforçando o compromisso conjunto com a ética, a transparência e a governança pública.

Painel Gerencial do Sistema de Gestão da Ética – SisÉtica



A Comissão de Ética Pública (CEP) disponibilizou a nova versão do **Painel Gerencial do Sistema de Gestão da Ética – SisÉtica**, ferramenta estratégica desenvolvida para oferecer uma visão abrangente sobre a estrutura e o funcionamento das Comissões de Ética no âmbito do Poder Executivo Federal.

Atualizado com os resultados da Pesquisa Censitária de 2025, o Painel reúne dados consolidados que permitem maior organização, análise e acompanhamento da atuação das Comissões, contribuindo para o aprimoramento da governança ética e para a ampliação da transparência no serviço público.

Para acessar o **Painel Gerencial do Sistema** clique [aqui!](#)

Para acessar o **Boletim Informativo da CEP**, acesse o conteúdo disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/governanca/etica-publica/sistema-de-gestao-da-etica/boletim-informativo/boletins-informativos-exercicio-2025/boletins-informativos-exercicio-2025>.

A CEP conta com a participação ativa das Comissões de Ética na utilização desse instrumento, que reforça o seu compromisso com a modernização, a valorização da integridade e o fortalecimento contínuo do SisÉtica.

Dia do Advogado e a consolidação da AGU como Função Essencial à Justiça



O Dia do Advogado, celebrado em 11 de agosto, representa não apenas a valorização da advocacia como profissão essencial à Justiça, mas também um momento de reflexão sobre os princípios que norteiam o exercício da atividade jurídica no Brasil. A data rememora a criação dos primeiros cursos jurídicos do país e simboliza o compromisso da classe com a defesa da cidadania, da democracia e do Estado de Direito.

Na Advocacia-Geral da União, esse compromisso ganha especial relevo. Como Função Essencial à Justiça, a AGU exerce papel estratégico na representação judicial e extrajudicial da União e na orientação jurídica do Poder Executivo Federal. Essa missão se fortalece por meio do **Código de Ética da AGU**, que estabelece valores, princípios e diretrizes de conduta que orientam a atuação de seus membros e servidores, garantindo integridade, transparência e responsabilidade na defesa do interesse público.

Ao celebrar o Dia do Advogado, a AGU reafirma sua identidade institucional e seu compromisso com uma atuação ética e qualificada, consolidando-se como instituição indispensável à Justiça e promotora de um serviço público voltado ao fortalecimento da democracia e ao bem da sociedade brasileira.

[Acesse aqui o Código de Ética da Advocacia-Geral da União](#)

Alteração na composição da Comissão de Ética: desligamento de membro e integração do prestador de serviço

Em agosto de 2025, foi encerrado o mandato do Procurador Federal Davi Valdetaro Gomes Cavalieri como Secretário-Executivo da Comissão de Ética. Adicionalmente, o setor passou a contar com o reforço do prestador de serviço Flávio Sales Ferreira, que atuará no apoio técnico especializado à Secretaria-Executiva.

Vejamos abaixo o que os servidores destacaram:



"Assumir a função de Secretário-Executivo da Comissão de Ética da AGU foi uma das experiências mais marcantes da minha trajetória. Tive a oportunidade de desenvolver projetos com impacto real, conhecer pessoas extraordinárias e vivenciar aprendizados que levarei comigo por todo o caminho. Mais do que os resultados alcançados, valorizo demais o percurso trilhado."

Registro também o apoio que pude dar e receber dos membros da Comissão e da dedicada equipe da Secretaria-Executiva, cuja parceria foi essencial em todos os dias. A todas as pessoas que fizeram parte desse período marcante, expresso minha sincera e eterna gratidão!"



"Exercer a função de apoio técnico especializado junto à Secretaria-Executiva da Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União representa, para mim, motivo de elevado orgulho e profundo senso de responsabilidade. Reconheço a relevância estratégica da Comissão para a consolidação de uma cultura ética sólida no serviço público, pautada pela integridade, pela transparência e pelo permanente compromisso com o interesse público."

Encaro esta oportunidade como uma experiência singular de aprendizado contínuo e de desenvolvimento profissional, a qual pretendo abraçar com dedicação, escuta qualificada e responsabilidade institucional."

A Comissão de Ética informa, também, que será realizado o Processo Seletivo Simplificado (PSS) para seleção do novo Secretário-Executivo da Comissão de Ética. Em breve, será dada a publicidade para que os interessados possam se concorrer.

Seminário “Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e Moral”



No dia 15 de agosto de 2025, a Advocacia-Geral da União realizou o seminário **“Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e Moral”**, iniciativa voltada ao fortalecimento de uma cultura organizacional pautada pelo respeito, pela dignidade e pela integridade no ambiente de trabalho.

O evento reuniu membros, servidores e colaboradores da instituição em torno de reflexões e práticas que contribuem para a criação de um espaço laboral mais saudável, inclusivo e ético.

A realização do seminário guarda estreita relação com as atribuições da Comissão de Ética da AGU, que tem entre seus deveres a orientação e a difusão de valores éticos, bem como a promoção de medidas de prevenção e enfrentamento a condutas que possam comprometer a integridade institucional.

Ao promover o debate sobre o enfrentamento ao assédio, a AGU reafirma seu compromisso com a valorização das pessoas, o fortalecimento da governança e a consolidação de uma administração pública mais transparente e responsável.

Capacitação em Ética e Integridade

A Comissão de Ética convida todos a participarem dos cursos sobre Ética e Integridade promovidos pela AGU, disponíveis na modalidade EAD, por meio da Escola Virtual da AGU (EVA). Essas capacitações representam uma oportunidade de aperfeiçoamento contínuo, voltado ao fortalecimento da cultura ética, da transparência e da integridade no serviço público.

Além dos cursos, a Comissão incentiva a participação nos seminários temáticos organizados pela instituição, que têm se consolidado como importantes espaços de reflexão e de troca de experiências sobre desafios e boas práticas relacionadas à ética e à governança pública.

Veja abaixo algumas sugestões de cursos e seminários promovidos pela Escola Superior da AGU:

- Condutas Vedadas aos Agentes Públicos Federais em Eleições, conteúdo disponível na plataforma: <https://www.youtube.com/watch?v=GF6rPswgAvQ>
- O conflito de interesses e os limites de atuação do órgão correicional - Ciclo CGAU, conteúdo disponível na plataforma:
<https://www.youtube.com/watch?v=T8oVwKzOd2U&list=PLmq2lakUljtvSj3vh9X1DFwdExn0Fb0hi&index=6>
- Seminário de Ética e Integridade da AGU - 27/11/2024, conteúdo disponível na plataforma:
<https://www.youtube.com/watch?v=-eaDoi7GX4Y>
- II Seminário – Ética, Integridade e Governança, conteúdo disponível na plataforma:
<https://www.youtube.com/watch?v=8SywS6JTNfo&list=PLmq2lakUljtvSj3vh9X1DFwdExn0Fb0hi&index=4>

O engajamento da comunidade institucional nesses eventos é fundamental para o fortalecimento de uma administração pública cada vez mais íntegra, responsável e comprometida com os valores democráticos.

DICA DE LEITURA

“Os Quatro Compromissos” é uma obra transformadora escrita por Don Miguel Ruiz, publicada em 1997

A dica de leitura do mês de agosto foi proposta pela presidente e membro da Comissão de Ética, Mariana Cruz Montenegro. Na obra sugerida, “Os Quatro Compromissos”, o autor mexicano Don Miguel Ruiz apresenta ensinamentos baseados na sabedoria tolteca, com foco no desenvolvimento pessoal, na liberdade interior e na construção de relações mais saudáveis. Publicado em 1997, o livro tornou-se uma referência internacional por sua simplicidade e profundidade.

Ruiz propõe quatro compromissos fundamentais que podem transformar a forma como nos relacionamos com nós mesmos e com os outros:

1. Seja impecável com a sua palavra

A palavra tem poder criador e deve ser usada com integridade. Ser impecável é evitar mentiras, fofocas ou linguagem que destrua a confiança. Esse princípio reforça a importância da comunicação ética e respeitosa, essencial também no ambiente institucional.

2. Não leve nada para o lado pessoal

O que os outros dizem ou fazem é reflexo de suas próprias percepções e não define quem somos. Adotar essa postura fortalece a resiliência e reduz conflitos interpessoais, favorecendo a imparcialidade no exercício da função pública.

3. Não tire conclusões precipitadas

Muitas vezes interpretamos fatos ou falas sem buscar clareza. Esse compromisso estimula o diálogo transparente e a escuta ativa, prevenindo mal-entendidos e favorecendo decisões mais justas.

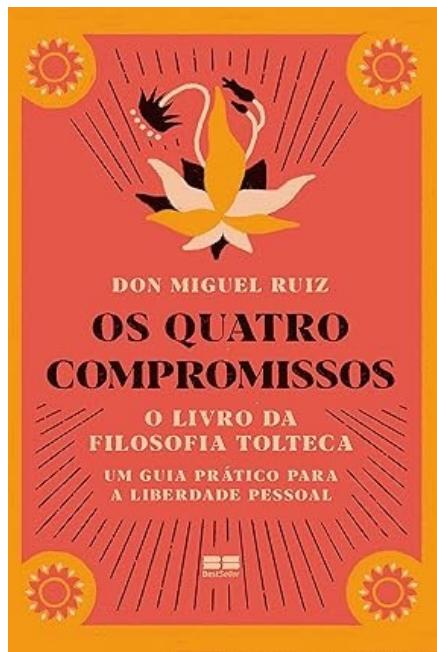
4. Dê sempre o melhor de si

O “melhor” varia conforme as circunstâncias, mas a dedicação sincera conduz à realização pessoal e coletiva. No serviço público, esse compromisso se alinha ao princípio da eficiência e ao dever de servir com excelência.

Aplicabilidade Ética

Os compromissos delineados por Ruiz encontram plena consonância com os princípios de integridade, respeito e responsabilidade que orientam a Administração Pública. A adoção de tais

compromissos revela-se essencial para o fortalecimento da confiança da sociedade nas instituições e para a promoção de um ambiente organizacional alicerçado na colaboração, na justiça e na ética.



EXPEDIENTE

Boletim Informativo produzido pela Secretaria-Executiva da Comissão de Ética da AGU

Edição 10 – Agosto de 2025

Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União

Mariana Cruz Montenegro (Presidente)

Priscila Cunha do Nascimento (titular)

Talius de Oliveira Vasconcelos (titular)

Micheline Silveira Forte (suplente)

Raquel Barbosa de Albuquerque (suplente)

Pedro Henrique Peixoto Leal (suplente)

Secretaria-Executiva

Paulo Sérgio Ribeiro (Secretário-Executivo Substituto)

Daiane de Souza Lindemberg (Administradora)

Flávio Sales Ferreira (Apoio Técnico Especializado)

Mariane Oliveira de Azeredo (Apoio Técnico Especializado)

Wesley França Brito (Técnico em Secretariado)

Luiz Francisco Cerqueira Sousa (servidor)

Ariane Goncalves Morato (estagiária)